

Relatório Final Projeto Piloto Alagoas
FAO GCP/INT/970/GER

Narciso Fernandes Barbosa
Consultor do Projeto-Piloto de Alagoas

Maceió, janeiro/2007.

Sumário

	Lista da Siglas Utilizadas	03
1.	Histórico	04
2.	Metodologia	05
3.	Processo de Apoderamento.....	07
4.	Resultados Práticos	12
5.	Cenário atual da Comunidade	14
6.	Reflexões para Replicação	15

Lista de Siglas Utilizadas

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

CG 12 – Comentário Geral nº. 12

COMIDhA – Comitê Nacional de Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DCP – Direitos Cíveis e Políticos

DH – Direitos Humanos

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DHESC – Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais

DV – Diretrizes Voluntárias para a promoção da realização do Direito à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar nacional

FAO – Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIAN – Foodfirst Information & Action Network (Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar)

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais

PSF – Programa de Saúde da Família

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

**Relatório sobre Projeto Piloto de exigibilidade e monitoramento do DHAA
realizado através do PROJETO GCP/INT/970/GER em Maceió(AL)**

Sururu de Capote

1. HISTÓRICO

A comunidade de Sururu de Capote situa-se em uma área de preservação de mangue às margens da Lagoa Mundaú, no centro de Maceió¹, capital do estado de Alagoas. A Comunidade Sururu de Capote possui cerca de 450 casas².

A comunidade, mesmo estabelecida na área há quase 20 anos, nunca foi reconhecida oficialmente. Sua existência foi negada pelo governo, não houve qualquer melhoramento de infra-estrutura urbana, de acesso a serviços públicos básicos e a programas sociais.

O nome da comunidade é uma referência ao **sururu** (*Mytella charruana*), um molusco bivalve (está inserido entre 2 conchas) típico de Alagoas. O sururu é a principal fonte de renda dos moradores da comunidade, que pescam, tratam e vendem o molusco que serve para elaboração de pratos típicos nos restaurantes da área turística da cidade de Maceió.

O sururu tem uma significativa importância para a comunidade. Em épocas de abundância, serve de alimento para milhares de pessoas que sobrevivem de sua coleta.

Os moradores da Comunidade Sururu de Capote vivem em estado de extrema pobreza: moram em casas (barracos) construídas com materiais como lonas, plásticos, madeira e papelão e estão em situação de completo abandono pelas políticas públicas, especialmente no tocante aos direitos à moradia e à alimentação adequada.

O estado de Alagoas apresenta uma das situações mais alarmantes de pobreza no Brasil. Segundo dados do IBGE³, 60,6% de sua população vive em *estado de pobreza*, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Os dados do IBGE apontam ainda que o estado de Alagoas e sua capital, Maceió, apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano do país, quando comparados com os demais estados e capitais brasileiras. Entre os estados brasileiros Alagoas está em penúltimo lugar. Já entre as capitais, Maceió é a última colocada⁴.

Maceió cresceu com um tipo prevalecente de fluxo de migração da área rural para a urbana. Isso ocorreu devido as péssimas condições de vida na área rural do

¹ Localiza-se entre 9° 39 ` 57" latitude de S e 35° 44 ` 07" longitude de W, numa área total de cerca de 510Km².

² Dados colhidos em agosto de 2005.

³ Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pesquisa Nacional por amostragem de Domicílios – PNAD, publicada pelo Ministério da Saúde no Caderno intitulado *Estudo de caso Brasil*, para a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU, março de 2005.

⁴ Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - Dados PNUD 2003.

estado, a falta de oportunidades de trabalho e, também, pela extrema concentração da propriedade da terra. Assim, quando as pessoas pobres deixam a zona rural em direção à cidade, elas acabam indo morar na periferia ou em favelas dentro da cidade.

A comunidade de Sururu de Capote foi escolhida para a realização deste projeto piloto após as visitas de Flavio Valente, então Relator Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, da Plataforma Brasileira DHESCA, em 2003 e 2004, com o apoio do Ministério Público Estadual. Naquelas ocasiões ficou constatada a grave situação de violação de direitos desta comunidade.

Poucos movimentos sociais se mostravam envolvidos em ações para melhorar a situação daquela comunidade e de outras na mesma situação. Foi durante a execução do projeto que várias entidades passaram a acompanhar e dar suporte à luta da comunidade. Podemos listar, dentre as entidades locais: Pastoral da Criança, Cáritas, Rede de Educação Cidadã, OAB/AL, CUT/AL, Pastoral das Favelas, Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas. Dentre as organizações nacionais: Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, FIAN/Brasil, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA Brasil), PETROBRAS, UFAL, MPE. E instituições internacionais: OIT e a FAO, que integrou o projeto piloto na condição de órgão financiador.

O projeto foi realizado entre outubro de 2004 e dezembro de 2006 e contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no diagnóstico social e nutricional da comunidade.

2. METODOLOGIA

O projeto teve objetivo dar visibilidade aos problemas vividos pela população da Comunidade Sururu de Capote, a partir da construção de mecanismos de monitoramento do direito humano à alimentação adequada e de outros direitos humanos. Foram desenvolvidas atividades de capacitação que auxiliaram no apoderamento das lideranças locais para que estas pudessem enfrentar as condições de violação sofridas. Foi utilizada uma metodologia baseada no diagnóstico da situação e no desenvolvimento de mecanismos de monitoramento como instrumento de exigibilidade.

O diagnóstico consistiu na realização de uma pesquisa socioeconômica, de uma avaliação do estado de segurança alimentar, de avaliação antropométrica, de saúde e de dados bioquímicos de moradores da comunidade, com vistas a obter dados científicos e fundamentados da realidade vivida por esta população.

O projeto procurou informar e capacitar os titulares de direito, que nem sempre se reconhecem como sujeitos de direito, sobre as diferentes dimensões do DHAA e a respeito de como cobrar a sua realização. As ações tiveram como objetivos:

- Capacitar e apoiar a consolidação de organizações e redes da sociedade civil sobre o tema da promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada;

- Colaborar para a instituição, fortalecimento e funcionamento adequado dos mecanismos de cobrança de direitos por parte dos titulares dos mesmos;
- Promover o debate sobre a instituição, implementação e monitoramento de rotinas e procedimentos para garantir uma ação competente do setor público no sentido do cumprimento de suas obrigações na promoção da realização do DHAA;
- Apoiar a instituição de mecanismos públicos encarregados de captar, investigar e propor estratégias para superar, reparar e impedir a repetição de padrões de violação do DHAA.

Aplicação da metodologia:

Na consecução do projeto-piloto em Alagoas foram adotadas as seguintes estratégias metodológicas:

- a) Diagnóstico da realidade econômico-social, de segurança alimentar e de direitos humanos, através da aplicação de questionário;
- b) Compartilhamento dos resultados obtidos no diagnóstico com a comunidade, mediante reuniões, debates, “rodas de conversa”⁵, audiências públicas e capacitações;
- c) Construção participativa de mecanismos e ações que deram visibilidade aos integrantes da comunidade, no sentido de sensibilizar a sociedade em geral para a situação por eles vivida.
- d) Apoio para a organização comunitária e da atuação das lideranças nos processos de mobilização e estruturação das ações da comunidade;
- e) Apoio nas ações de luta da população local para efetivação de seus direitos violados ou negados, levando em conta os meios para exigibilidade dos direitos perante o poder público;
- f) Construção de redes de proteção à comunidade por meio de parcerias com entidades que lutam por direitos, fóruns de debates sobre a situação social da comunidade etc.

A partir das ações estratégicas desenvolvidas no projeto-piloto, procurou-se trabalhar sempre com o envolvimento da população. Durante todo o processo, a maior preocupação foi o fortalecimento das lideranças e dos mecanismos por eles criados, de resistência e contraposição às diversas violações de direitos que lhes são impostas. Este trabalho foi focado no apoderamento da população, mediante atividades de capacitação e experiências práticas da compreensão da realidade e luta para superação dos diversos problemas enfrentados.

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva do conceito de *apoderamento*, processo pelo qual a população se apodera de seus direitos, sentindo-se e agindo como sujeito de direito; apodera-se dos mecanismos institucionais e sociais para conquistar a implementação desses direitos, bem como para se contrapor às violações contra ela cometidas. Enfim, apodera-se dos instrumentos legais e sociais, bem como dos mecanismos institucionais e sociais de implementação dos direitos humanos, em

⁵ As “rodas de conversa” consistem numa metodologia participativa onde em conversas informais o consultor/pesquisador registra as informações principais e depois sistematiza para posterior utilização na consolidação do diagnóstico juntamente com os dados estatísticos encontrados na pesquisa.

especial, no caso trabalhado no projeto piloto, o direito humano à alimentação adequada.

A primeira etapa foi diagnosticar a situação da comunidade. Exercício feito a partir de um processo de imersão na realidade da população local, pesquisando, perguntando, visando conhecer a realidade de modo objetivo e sistemático. Para realizar a pesquisa foram feitas algumas parcerias importantes, garantindo um completo diagnóstico sócio-econômico, de saúde, levantamento de direitos humanos violados e de segurança alimentar.

A partir do diagnóstico apresentado pela pesquisa, e de posse dos dados, os resultados foram compartilhados com a Comunidade Sururu de Capote, a fim de que a população local pudesse tomar conhecimento e utilizá-lo como ferramenta de luta para efetivação de seus direitos violados e/ou negados.

Um outro fator tão relevante quanto o conhecimento acerca dos direitos e das condições sociais existentes na comunidade foi o processo de como essas informações puderam ser utilizadas como ferramentas de luta para efetivação dos direitos humanos.

3. PROCESSO DE APODERAMENTO

A partir do compartilhamento do resultado do diagnóstico com a comunidade, foi possível trabalhar as ações de apoderamento como elementos fundamentais para a exigibilidade dos direitos. Neste sentido, integraram tal processo as ações voltadas a:

- a) dar visibilidade aos problemas que afetam a comunidade;
- b) mobilizar e (in)formar a comunidade e a sociedade sobre seus direitos e formas de exigí-los, através do fortalecimento de pessoas e entidades defensoras de direitos humanos;
- c) criação e uso de instrumentos para pressionar os responsáveis para garantia dos direitos a cumprirem com suas obrigações

O processo de apoderamento desenvolveu-se ao longo das etapas apresentadas a seguir.

a) Visibilidade dos problemas que afetam a população da Comunidade Sururu de Capote

A visibilidade tem como pressuposto a identificação dos principais problemas que afetam a comunidade. O projeto previu e realizou uma pesquisa, envolvendo a comunidade desde a sua elaboração até a apropriação de seus resultados, para identificar, de forma qualitativa e quantitativa, as violações mais graves de direitos sofridas por eles. As informações obtidas pelo projeto, a partir da pesquisa, serviram de subsídio para que vários órgãos públicos locais fossem acionados para reverter determinadas situações que afetam a comunidade.

Os resultados da pesquisa foram divulgados para os moradores da comunidade durante as capacitações, com o objetivo de construir, de modo conjunto, o entendimento

das lideranças sobre o diagnóstico encontrado. A comunidade, de posse destes dados, redigiu um documento de reivindicação para suas demandas. O documento foi apresentado para autoridades públicas, órgãos do estado de Alagoas e do município de Maceió, principalmente durante as audiências públicas em que as lideranças comunitárias participaram.

Além disso, foram realizadas reuniões com gestores públicos da Secretaria de Assistência e Inserção Social de Alagoas; da Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Renda; da Secretaria Estadual de Saúde; da Secretaria Municipal de Assistência; da Secretaria Municipal de Saúde; além do Prefeito de Maceió e o Governador de Alagoas.

O objetivo das reuniões realizadas com os gestores públicos foi dar visibilidade aos problemas vividos pela comunidade Sururu de Capote, mediante a apresentação de um documento científico (pesquisa) e um documento político (pauta de reivindicações da comunidade). Naqueles momentos foi possível trazer à luz, de modo formal e contundente, aquilo que, de certa forma, todos já sabiam: a condição de miséria e de violação dos direitos humanos sofrida pelos moradores da comunidade Sururu de Capote.

b) Mobilização e (in)formação da comunidade e da sociedade sobre seus direitos e forma de exigí-los.

Esta etapa foi necessária para que os moradores da comunidade pudessem se apoderar das informações sistematizadas e, também, para que tivessem a possibilidade de conduzir um processo de intervenção política direta na realidade, visando modificá-la em favor da efetivação de seus direitos negados e/ou violados. Além disso, foram promovidas atividades para o fortalecimento de pessoas e entidades defensoras de direitos humanos, o uso e criação de instrumentos para pressionar responsáveis para garantia dos direitos.



Oficina realizada em Sururu de Capote.
Foto: Arquivo ABRANDH.

i. **Mobilização e (in) formação da comunidade Sururu de Capote**

Em Sururu de Capote foram encontrados diversos fatores que limitam a mobilização e a organização de seus moradores. Problemas que vão desde a dificuldade que a comunidade tem de sentir-se sujeito de direito até os obstáculos enfrentados com o poder público para a melhoria de seu contexto social e político. Destacamos alguns dos fatores:

- A sobrevivência em situação de extrema pobreza leva as pessoas a mudarem o foco de suas prioridades de vida. Isso dificulta a compreensão de seu papel histórico enquanto cidadãos e seres humanos;
- Algumas pessoas não acreditam ou não compreendem o motivo e a importância de participar das atividades de formação para reforçar sua capacidade de exigir direitos. Esse descrédito dificultam a possibilidade de estas pessoas, efetivamente, buscarem, por si mesmas, a solução dos seus problemas, por meio da mobilização e organização.

A ABRANDH buscou integrar ações de sensibilização e formação em direitos humanos e a construção de um processo de mobilização participativo, onde os próprios membros da comunidade pudessem definir seus objetivos e ações na perspectiva da realização do DHAA.



Passeata organizada pela comunidade Sururu de Capote.
Foto: Arquivo ABRANDH.

Durante a execução do projeto, buscou-se realizar um trabalho interativo e participativo com as lideranças da comunidade, envolvendo-as na concepção e na implementação da estratégia de atuação. A escolha das lideranças que acompanharam o dia-a-dia do projeto foi feita pela própria comunidade. As lideranças participaram de reuniões semanais para acompanhar o andamento da pesquisa, para saber dos problemas da comunidade e discuti-los. Foram buscadas soluções para interferir na realidade no sentido de resolver os problemas.

A ABRANDH funcionou como uma espécie de catalisadora, contribuindo para o debate e as ações. Porém, todos os encaminhamentos foram construídos pela própria comunidade, por meio de suas lideranças.

A situação atual ainda não é de auto-suficiência. Porém, a experiência proporcionada pelo projeto piloto permitiu às lideranças um primeiro contato com noções de direitos humanos, de funcionamento do Estado, de instrumentos de exigibilidade de direitos etc. A apropriação destas informações poderá fortalecer a autonomia da comunidade na luta pela solução de seus problemas frente ao Estado.

Durante o processo de mobilização, além das atividades de formação, conversas e reuniões com a comunidade e suas lideranças, foram organizadas audiências públicas, reuniões com autoridades e passeatas. Seguem abaixo alguns eventos organizados pela comunidade com o apoio e participação da ABRANDH:

- Audiência pública sobre meio ambiente – com membros do Ministério Público Estadual, Federal, e professores da Universidade que apresentaram questões relativas ao meio ambiente;
- Audiência pública sobre saúde – participaram o Ministério Público, Secretaria Municipal e Estadual de Saúde. Foi apresentado um resumo do resultado da pesquisa, sobre a situação de saúde encontrada na comunidade;
- Audiência pública sobre Direitos Humanos – participaram Ministério Público Estadual (promotora Alexandra Beurlen, promotora Micheline Tenório, além do Procurador Geral de Justiça, Coaracy Fonseca), e o Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos,, Everaldo Patriota. Nessa audiência a comunidade levantou questões e discutiu seus problemas ligados aos direitos humanos;
- Audiência Pública sobre Educação – participaram Ministério Público Estadual, Secretaria Municipal e Estadual da Educação e os membros da comunidade;
- Audiência Pública sobre Direito da Criança e do Adolescente – estiveram presentes Ministério Público, especialmente, promotores da infância e adolescência, além dos membros da comunidade;
- Produção de um vídeo, em formato DVD – realizado em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o documentário apresentou em 12 minutos a situação vivida pela comunidade Sururu de Capote. Esse vídeo também serviu como instrumento de mobilização e visibilidade;
- Reuniões com autoridades – para entrega de documentos de reivindicação de demandas elaborado pela comunidade e apresentação do vídeo citado acima. Essas reuniões contaram com a participação ativa das lideranças comunitárias no sentido de buscar soluções para os graves problemas vividos pela comunidade;
- Passeata das crianças – em setembro de 2005, com cerca de 200 crianças da comunidade reivindicando o direito a um crescimento saudável. As crianças foram recebidas no Palácio do Governo do Estado pelo Secretário de Assistência e Inserção Social e pelo Secretário de Governo do Estado, bem como na Prefeitura de Maceió pelo prefeito e seus Secretários de Saúde, Educação e Assistência Social.

- Passeata de moradores da Comunidade – no início de 2006 foi feita uma manifestação na porta do Palácio do Governo do Estado pelos moradores e lideranças de Sururu de Capote. O objetivo foi cobrar as promessas e obrigações das autoridades, bem como reclamar a demora na execução dos projetos reivindicados;
- Atividades de formação e sensibilização em parceria com a FIAN Brasil;
- Participação em seminários nacionais – a principal líder comunitária participou de seminários realizados pela ABRANDH em Brasília(DF), onde apresentou aos demais participantes os dados e resultados do projeto piloto em Sururu de Capote.

ii. Mobilização e (in)formação da sociedade em geral

Para dar visibilidade aos problemas vividos em Sururu de Capote foram realizadas ações de mobilização e (in)formação. Visaram informar entidades da sociedade civil e a população de Maceió como vive, o que acontece e quais as questões afligem a população daquela comunidade.

Além de dar visibilidade aos problemas da comunidade, o objetivo destas ações foi estabelecer uma rede de apoio a esta e a outras comunidades na mesma situação. Esta rede teve como intuito possibilitar a continuidade da mobilização social, independentemente da presença da ABRANDH na comunidade. As seguintes atividades foram realizadas:

- Divulgação da situação da comunidade e das ações realizadas pelo projeto na imprensa local;
- Fóruns de debates com entidades da sociedade civil para discutir casos de violações e medidas reparadoras;
- Reuniões entre as lideranças da comunidade e o Fórum Alagoano pela Erradicação do Trabalho Infantil – o resultado deste trabalho feito em parceria com Ministério Público do Trabalho em Alagoas foi a aprovação de um projeto financiado pela OIT de combate ao trabalho e exploração sexual infantil atendendo a duzentas crianças da comunidade;
- Construção do COMIDhA – Comitê Nacional pela Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada, em Alagoas.
- Participação em reuniões do Fórum Alagoano de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por meio das ações de exigibilidade e apoderamento os moradores e as lideranças da comunidade passaram a existir efetivamente perante a sociedade. Deixaram a condição de meros expectadores das políticas públicas para se tornarem atores sociais ativos na reivindicação de seus direitos. A partir do momento em que se apoderaram da sua condição de sujeito de direito e das formas de exigibilidade dos direitos, a comunidade passou a enfrentar melhor a luta pela efetivação destes, visando a

melhoria das suas condições de vida. Todas as ações expostas anteriormente compreendem o que definimos como processo de apoderamento social e político.

4. RESULTADOS PRÁTICOS

Do ponto de vista da capacidade desenvolvida pela comunidade de compreender sua própria realidade, bem como de entender como se processam os mecanismos sociais da luta na perspectiva da exigibilidade dos direitos humanos, em especial do DHAA, pode-se afirmar que houve avanços significativos.

As lideranças da comunidade e muitos outros moradores passaram a ter acesso a informações acerca da organização do poder público e fizeram contato com novos parceiros de luta pela superação das violações que enfrentam. Também vivenciaram de modo mais organizado os processos de enfrentamento dos problemas diários com vistas à efetivação de seus direitos.

Exemplos disso foram: a iniciativa de mobilização por parte da própria comunidade para realizar passeatas; a participação das lideranças e moradores em reuniões com diversas autoridades em busca da construção das casas que tanto almejam; a participação freqüente em reuniões, audiências públicas e seminários de formação. Nestas ações as lideranças e as pessoas da comunidade apreenderam conhecimentos e experiências que qualificaram a sua luta para transformar a dura realidade por eles enfrentada.

As experiências de (in)formação e participação política da comunidade, especialmente de suas lideranças, trouxeram resultados práticos, dos quais podemos destacar os seguintes:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI – em reuniões com a Secretaria de Assistência do Estado de Alagoas e do Município de Maceió as lideranças conseguiram incluir duzentas crianças da comunidade no programa, amenizando assim os problemas envolvendo o trabalho infantil e a questão do acesso ao alimento;
- Programa Bolsa Família – mediante reuniões e petições aos órgãos atinentes à questão, duzentas famílias foram incluídas no programa. A ação visou garantir uma renda mínima, o que propiciou, ao menos para estas pessoas, ainda que de modo incipiente, o acesso ao alimento e à possibilidade de estarem livres da fome;
- Moradia – no que diz respeito a essa questão várias reuniões foram feitas com diversas autoridades, em especial da Secretaria Municipal de Habitação de Maceió e da Agência Alagoana de Habitação. Os objetivos foram garantir a construção das casas para os moradores da Comunidade, bem como evitar que fossem retirados de lá a força, como era o desejo inicial dos governos. Nessa questão podemos destacar:

- Principal resultado – não houve retirada das pessoas que vivem às margens da Lagoa Mundaú, como era a intenção inicial dos governos;
 - Hoje, pela luta já desenvolvida pelos moradores da comunidade Sururu de Capote, leva-se em conta que as pessoas que residem às margens da lagoa sobrevivem essencialmente do que dela extraem e se forem morar longe terão dificuldades de sobrevivência. As pessoas foram cadastradas como pescadores e/ou marisqueiros, de modo que a moradia para estas pessoas não seja distante da lagoa. Essa questão ainda não está completamente garantida e a luta para que isso seja efetivado é constante, pois os governos acham o problema da sobrevivência e do sustento próximo à lagoa menos importante, podendo, a qualquer momento, tentar retirar as pessoas, e construir suas casas a mais de trinta quilômetros da lagoa, como era a proposta inicial;
 - Por iniciativa do Ministério Público Estadual ficou definido que as casas a serem construídas terão uma estrutura que, minimamente, atenda aos preceitos da dignidade da pessoa humana, com os cômodos separados, com 2 quartos, cozinha e banheiro, devendo ser construídas próximas ao local e contando com escola e posto de saúde.
- Educação – em 2006, foram destinadas cento e vinte vagas nas escolas próximas à comunidade Sururu de Capote para atender a demanda que era muito maior do que esse número. Também foi destinado transporte escolar para o deslocamento das crianças. Esta demanda ainda encontra falhas na implementação, no que diz respeito ao transporte escolar e a dificuldade que a escola apresentou em lidar com as crianças advindas da “favela”;
 - Saúde – Apesar das promessas feitas pela Secretaria Municipal de Saúde sobre a destinação de uma equipe do PSF para atender à demanda da comunidade Sururu de Capote, isso não foi cumprido. A principal alegação é a falta de um prédio para instalação do posto de saúde;
 - Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Fetipat) de Alagoas – discutiu objetivamente os problemas vividos pela comunidade, com participação do coordenador local do projeto e das lideranças da Comunidade. A partir do Fórum foi apresentado à OIT o projeto Cata-vento, para erradicação do trabalho infantil,. Esse projeto atende duzentas e cinquenta crianças e adolescentes com uma bolsa do PETI e jornada estendida na escola em dois turnos;
 - Visibilidade – exposição da situação do trabalho infantil na comunidade exibida pelo programa Globo Repórter, da Rede Globo de Televisão. Contribuiu para a sensibilização de vários outros parceiros, no sentido de encontrar soluções para os graves problemas vividos pela Comunidade em relação ao trabalho e exploração sexual infanto-juvenil;

- PETROBRAS – procurou o Ministério Público Estadual visando o financiamento de projetos e recursos para a comunidade.
- Programa do Leite – famílias cadastradas recebendo sete litros de leite por semana.
- Projeto ONG Caravana da Vida – realizou um trabalho de capacitação em artesanato com as mulheres da comunidade. Algumas já vendem parte da produção, porém ainda têm dificuldade em encontrar formas mais adequadas para comercializar a produção;
- Emissão de documentação civil – pelo Projeto Balcão de Direitos (Secretaria Estadual de Direitos Humanos) e pelo Projeto Justiça Itinerante, organizado pelo Tribunal de Justiça que, além da expedição de documentos, fez casamentos, divórcios, separação judicial etc., em um mutirão da Justiça realizado no segundo semestre do ano de 2006;
- Direitos Humanos – segundo as lideranças comunitárias os moradores passaram a ter um tratamento mais respeitoso por parte da Polícia Militar em ações desenvolvidas na área, embora ainda ocorram abusos;
- Projeto Sentinela – organizado por ONGs e o Ministério Público Estadual. Visa o combate a exploração sexual infanto-juvenil e passou a ser executado na comunidade no segundo semestre de 2006. Atende adolescentes com palestras sobre sexualidade; acompanhamento psicológico, médicos ginecologistas e assistentes sociais, objetivando acabar a exploração sexual infantil, diminuir a prostituição juvenil e levantar discussões relativas a DST e AIDS.

O projeto piloto, ao lado das ações de luta social desenvolvidas pelos moradores da comunidade, se insere nesse contexto como catalisador do processo de luta pela efetivação de direitos.

5. CENÁRIO ATUAL DA COMUNIDADE

Com o término do projeto-piloto foi planejada a última capacitação com os moradores da Comunidade e representantes de diversas entidades, como a Cáritas, Rede de Educação Cidadã, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Pastoral da Criança, dentre outras. Estas entidades se comprometeram a criar uma rede de proteção à comunidade.

As lideranças comunitárias possuem um movimento composto essencialmente pelas mulheres da “favela”. Trata-se de uma organização informal, mas atuante como uma associação que luta pelos direitos das famílias que residem na comunidade Sururu de Capote. Ainda será necessário formalizar juridicamente a associação de moradores com registro do estatuto, a exemplo do que foi feito na Vila Santo Afonso, pelo projeto piloto PI.

Todas as ações em andamento na comunidade exigem a participação efetiva das lideranças comunitárias e dos moradores. Esta é uma importante oportunidade de

aprendizado e exercício da cidadania na perspectiva da exigibilidade dos direitos humanos, em especial do DHAA.

A autonomia, porém, é um dos problemas a serem enfrentados. O que se espera é que no tempo de execução do projeto as pessoas da comunidade tenham se apoderado de modo a conseguir conduzir, por si próprias ou com o apoio de entidades parceiras, a sua luta pela realização de direitos.

6. REFLEXÕES PARA REPLICAÇÃO

Para haver replicação desta experiência em outras comunidades será necessária a sistematização da metodologia e resultados do projeto. Mais detalhes sobre a metodologia estão no relatório sobre o piloto na Vila Santo Afonso.

O trabalho em Sururu de Capote encontrou condições muito específicas onde as pessoas vivem praticamente sem renda, abaixo da linha da miséria e sem organização social e política alguma para se apoiar e para enfrentar os graves problemas vividos.

O processo de apoderamento dos direitos e o conhecimento da própria realidade, bem como dos mecanismos de enfrentamentos dos problemas na vida social, de modo teórico e prático, que foi fomentado pela condução do projeto-piloto, pode sim ser replicado e desenvolvido em outras localidades com cenários e situações semelhantes às vividas pelos moradores da Comunidade Sururu de Capote.